



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Contabilidade Pública

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	6
7. Competências e Habilidades do Egresso	7
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	8
9. Estágio Não Obrigatório	11
10. Matriz Curricular	12
11. Carga Horária	12
12. Conteúdo programático	13
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	26

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Contabilidade Pública

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação (CAPES): Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

Área do Conhecimento (CAPES): Administração (60200006)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

[O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Auditoria e Contabilidade Pública desenvolvendo uma capacidade crítica e inovadora sobre a qualidade de vida profissional e formação do Contador, do Auditor, de Gestores e Servidores

Públicos. Desta forma este projeto tem como foco primordial atuar com ações e planejamentos na esfera pública com reflexos sociais, tendo como direção as perspectivas governamentais em torno da capacidade de interpretação Contábil e de Auditoria do Setor Público. Desta forma o curso pretende aperfeiçoar no profissional uma visão mais dinâmica e técnica sobre a gestão pública, com foco no desenvolvimento contábil das rotinas internas e externas e assim desenvolver um programa de Auditoria que seja capaz de responder as necessidades dos entes públicos e a da sociedade respondendo uma necessidade social, econômica, política e contábil, destinando-se a profissionais das áreas contábeis, administrativas, econômicas interna e externas da area pública e privada, Auditores, Gestores Públicos e Servidores Públicos, Auditores e Peritos.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

[Promover e atuar em um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Auditoria e Contabilidade Pública a distância é pretender ser um marco na educação superior da atualidade. Dentro dessa perspectiva sua concepção foi pensada visando promover a qualidade na educação e na atenção as necessidades de profissionais, gestores e servidores que atuam diretamente ou indireta junto as rotinas do Setor Público, propiciando a interpretação e compressão dos diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público - orçamentário, patrimonial e fiscal, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e alinhados às normas

internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) - editadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), de modo a possibilitar a sua aplicação pelo egresso quando da escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, bem como de exames de asseguarção e auditoria, quer sejam internas ou externas.

Atualmente, observa-se a ocorrência de rápidas e profundas mudanças na sociedade e na cultura, principalmente no que diz respeito aos atos de Governança Pública, não somente para cumprir os efeitos legislativos em relação as políticas públicas, mas para definir e descrever uma Contabilidade mais ativa e presente no momento de definir orçamentos, responsabilidade fiscal, atuação em licitações, rotinas administrativas públicas e contratos. Desta forma, são exigidas das instituições públicas soluções que garantam uma transformação social justa com um retorno positivo das receitas e despesas orçamentarias, com foco e cumprimento das ações de políticas públicas.

A IES formará profissionais de acordo com as Diretrizes Curriculares em consonância e respeito as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública e princípios de Auditoria do Tribunal de Contas, formando profissionais conscientes e focados na comunicação Governamental e Social. Desta forma o projeto busca uma justificativa social e financeira com uma inserção profissional que garanta atualização dos profissionais com melhorias para o mercado de trabalho, concursos ou consultorias dentro das atividades governamentais.

Desta forma, a IES, propicia aos acadêmicos uma oportunidade de ingresso as rotinas contábeis públicas com foco na interpretação das atividades de auditoria para melhor capacita-los e assim promover uma inserção social e profissional com qualidade e comprometimento das normas e princípios legislativos e públicos.]

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivo Geral

- [O objetivo do curso é a formação de profissionais hábeis e competentes, de elevado senso ético, capazes de participar e contribuir para o sucesso do processo decisório das instituições governamentais, agindo como elemento ativo e de orientação na busca pela obtenção de resultados positivos dentro das rotinas contábeis e para uma construção de auditoria preventiva e instrutiva. A organização curricular do curso de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Auditoria e Contabilidade Pública a distância privilegia a interdisciplinaridade, representada por um processo coletivo de produção articulada do saber, que busca compreender e transformar a realidade, entendida esta como totalidade concreta (homem e mundo em movimento de autocriação). A postura interdisciplinar no ensino não pode prescindir do conflito entre posições opostas.

6.2. Objetivos Específicos

- [Aplicar e aprimorar as habilidades e conhecimentos dentro das rotinas governamentais de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública;
- Possibilitar a prática e a tomada de decisão com foco nos papéis de trabalho para a administração pública e].
- [Formar profissionais preparados para procedimentos conceituais e técnicos, sendo críticos e proativos no que diz respeito a Auditoria Governamental Interna e Externa.
- Propiciar ao profissional uma visão crítica e ativa sobre o papel da contabilidade na gestão de entidades públicas governamentais; e
- Possibilitar a adequada compreensão dos mecanismos da contabilidade governamental, de acordo com o padrão internacional de contabilidade aplicada ao setor público.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

[Formar profissionais comprometidos com a legislação e o retorno orçamentário para com as políticas públicas, com uma visão ética, filosófica, contábil, técnica e multidisciplinar para o perfil do profissional formado.

Desta forma torna-se evidente que as técnicas e normas aplicadas dentro da formação deste profissional será um diferencial em sua atuação no mercado de trabalho, não sendo tratada somente como um dogma, mas como uma formadora de pensamentos críticos e conscientes com as necessidades da profissão.

Todo profissional na atuação de suas atividades deve ser responsável aos atos e rotinas internas e externas que está submetido para assim ser o personagem principal de suas negociações profissionais e pessoais, seja na capacitação intelectual sobre sua capacidade de tomada de decisão.

Habilidades

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Auditoria e Contabilidade Pública deve possibilitar a formação profissional com uma visão crítica e social que demonstre as seguintes competências e habilidades.

- [Desenvolver e interpretar relatórios contábeis, financeiros e administrativos de acordo com a legislação vigente;
- Exercer as práticas de responsabilidade fiscal dentro de contratos e licitações com responsabilidade social e governamental e].
- Implementar responsabilidades perante as informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que se destaquem os agentes públicos

e privados para conhecimento da prática e uma tomada de decisão em finanças públicas.

Ao final, o egresso será capaz de compreender a estrutura, metodologia, sistemas e escrituração da contabilidade pública, o papel da contabilidade em entidades públicas e sua importância enquanto mecanismo de prestação de contas.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
Estrutura da administração pública	0 h	40 h	40 h
Finanças públicas	0 h	40 h	40 h
Planejamento estratégico na gestão pública	0 h	40 h	40 h
Orçamento e controles internos e externos	0 h	40 h	40 h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	0 h	40 h	40 h
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	0 h	40 h	40 h
Contratos e parcerias administrativas	0 h	40 h	40 h
Controle da Administração Pública	0 h	40 h	40 h
Auditoria em contas públicas	0 h	40 h	40 h

11. Carga Horária

A carga horária de 360 h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. | Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf)

normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Estrutura da administração pública

Ementa: Organização administrativa. Desconcentração e descentralização. Teoria do órgão público. Administração Pública Indireta. Agentes Públicos. Servidores Estatutário.

Conteúdo Programático 1: A Administração Direta e os Órgãos Públicos

Conteúdo Programático 2: A Administração Indireta e as Pessoas Jurídicas

Conteúdo Programático 3: As Agências Reguladoras e Executivas no Direito Administrativo Brasileiro

Conteúdo Programático 4: Os Agentes Públicos

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28^a.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Demais referências:

FIGUEIREDO, Marcelo. Agências Reguladoras. 1^a.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Servidores Públicos. 2^a.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MODESTO, Paulo. Nova Organização Administrativa Brasileira. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

Disciplina: Finanças Públicas

Ementa: Estudo dos conceitos que envolvem finanças públicas, como políticas econômicas, sistema tributário, orçamentário e déficit e dívida pública, todos com ênfase para o caso brasileiro.

Competências e Habilidades:

- Entender o papel do estado e suas funções econômicas em suas dimensões alocativa, distributiva e estabilizadora;
- Compreender o sistema tributário brasileiro, suas características e aspectos dentro do federalismo;
- Assimilar os conceitos e definições que envolve o sistema político e orçamentário público;
- Estudar os conceitos de déficit e dívida pública e interpretar as métricas que os mensuram.

Conteúdo Programático 1: Introdução a finanças públicas: o papel do Estado na economia e as funções econômicas do governo em suas dimensões (Alocativas, Distributiva e Estabilizadora).

Conteúdo Programático 2: Sistema Tributário Brasileiro. Princípios e características do sistema tributário brasileiro e aspectos federalista da tributação brasileira.

Conteúdo Programático 3: Orçamento público e políticas orçamentárias. Definição de Receitas e Despesas públicas. Classificação das Receitas e Despesas por função e subfunção.

Conteúdo Programático 4: Déficit e Dívida Pública. Estudo do déficit público e a dívida pública. Conceitos e medidas utilizados para a mensuração do déficit e dívida.

Bibliografia:

ARVATE, P.; BIDERMAN, C. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Editora: CAMPUS, 2005.

BANCO MUNDIAL. International Debt Statistics 2020. Washington, DC: World Bank. © World Bank, 2020.

BRASIL. Normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso: 07 set. 2020.

BRASIL. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l4320.html>. Acesso: 07 set. 2020.

BRASIL. Sistema Tributário Nacional. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l5172.html>. Acesso: 07 set. 2020.

CARVALHO, D. **LRF**: Doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARVALHO, D. **Orçamento e Contabilidade pública**: teoria e prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIAMBIAGI, F., ALÉM, A. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, F. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

PINTO, M. A. (org.). **Política fiscal e desenvolvimento no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2006.

REZENDE, A. J. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Ementa: Administração Pública: construção do Estado e da sociedade; estrutura do Estado Brasileiro; organização da Administração Pública brasileira; princípios constitucionais e meios de controle da Administração Pública. Planejamento Estratégico na Administração Pública: Planejamento (fundamentos, processos, tipos); Planejamento estratégico (conceito, etapas do processo, histórico – origem, ascensão, queda e ressurgimento). Planejamento estratégico no setor público: diferença entre setor público e setor privado, planejamento estratégico no setor público, benefícios e dificuldades de implementação. Reforma administrativa e gestão pública: reforma administrativa; gestão nos serviços públicos; dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, tipo de serviços públicos e papel do Estado; gestão de serviços públicos e boa governação.

Objetivo: A disciplina “Planejamento Estratégico na Gestão Pública” procura compreender a estrutura do Estado e da Administração Pública para, posteriormente, delinear o planejamento estratégico na Administração Pública. Não obstante, busca-se analisar a reforma administrativa e seus impactos na gestão pública. Assim, será possível compreender as mudanças nos modelos de Administração Pública e avaliar os modelos de planejamento estratégico.

Competências e Habilidades:

- Compreender a noção de Estado e como está estruturado o Estado brasileiro;
- Compreender a estrutura da Administração Pública brasileira;
- Conhecer o planejamento estratégico e seu processo na tomada de decisões;
- Conhecer o planejamento estratégico na Administração Pública e seus métodos;
- Desenvolver o planejamento na gestão pública.

Conteúdo Programático 1: A construção do Estado e da sociedade.

O primeiro tema tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação do Estado e da sociedade, bem como, da estruturação do Estado Brasileiro. Para tanto, será apresentado a noção de Estado, identificando as teorias relacionadas à sua origem e desenvolvimento histórico. No que se refere ao Estado brasileiro, busca-se delinear sua estrutura organizacional.

Texto de apoio: MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Conteúdo Programático 2: Administração Pública brasileira.

O segundo tema tem como objetivo apresentar a estrutura da Administração Pública brasileira, de modo a delinear a organização pública, diferenciando Governo, Estado e Administração Pública. Busca-se, ainda, apresentar a Administração Pública em seus três sentidos: principiológico, sentido objetivo e subjetivo. Além disso, objetiva-se identificar os meios de controle da Administração Pública.

Texto de apoio: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Conteúdo Programático 3: Planejamento e processo de tomada de decisão.

O objetivo do terceiro tema é apresentar o planejamento como uma das funções administrativas. Neste sentido, discutem-se os fundamentos do planejamento, que nada mais são do que um tipo particular de tomada de decisão. Traçam-se, ainda, os processos de planejamento e seus três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.

Texto de apoio: CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

Conteúdo Programático 4: Planejamento estratégico e seus precedentes históricos.

O quarto tema tem como objetivo analisar o Planejamento Estratégico, de modo a apresentar seu conceito e as etapas do processo de planejamento estratégico. Busca-se, ainda, apresentar seu desenvolvimento histórico, de modo a elencar sua origem, ascensão, queda e ressurgimento.

Texto de apoio: MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia:** conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Conteúdo Programático 5: Planejamento estratégico no setor público.

O objetivo do quinto tema é a analisar o Planejamento estratégico no setor público. Para tanto, busca-se delinear as diferenças entre setor público e setor privado e apresentar o planejamento estratégico no setor público, de modo a tratar dos benefícios e dificuldades de sua implementação.

Texto de apoio TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

Conteúdo Programático 6: Reforma administrativa e gestão pública.

Para o sexto tema busca-se analisar os impactos da reforma administrativa e identificar as técnicas de gestão adotadas pela Administração Pública.

Texto de apoio: LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

Conteúdo Programático 7: Planejamento estratégico na gestão pública.

O objetivo do sétimo tema é traçar a dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, bem como os tipos de serviços públicos e o papel do Estado. Busca-se, ainda, delinear a gestão de serviços públicos e a boa governação.

Texto de apoio: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia:** conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado.** 27. ed. São Paulo: Método, 2019.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas:** teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

CAULLIRAX, Heitor; YUKI, Mauro (Org.). **Gestão pública e reforma administrativa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

Disciplina: Orçamento e Controles Internos e Externos

Ementa: Organização orçamentária no Brasil. Orçamento como ferramenta de planejamento gerencial. Programação e execução financeira. Controles Interno e Externo. Controle Social.

Competências e Habilidades:

- Discernir sobre a questão do orçamento na Administração Pública, a importância do planejamento
- Identificar os valores basilares na construção do processo orçamentário na Administração Pública.
- Reconhecer o histórico e quais são as ferramentas instituídas para a formulação, validação e aprovação do orçamento no Brasil.
- Conhecer e analisar os instrumentos da programação e execução orçamentária.
- Identificar os instrumentos de Controles Internos e Externos.
- Praticar a Cidadania.

Conteúdo Programático 1: Planejamento e Orçamento Público.

Conteúdo Programático 2: Modelo Orçamentário no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Programação e Execução Financeira.

Conteúdo Programático 4: O controle da execução orçamentária.

Bibliografia:

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das Finanças**. 16. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências complementares:

AGUIAR, Joaquim Castro. **Sistema Tributário Municipal**. Editora Jose Konfino, 1971.

AGUIAR, Ubiratan Diniz; FIGUEIREDO, Alexandre; FIGUEIREDO, Pedro Ângelo Sales. Controle Social das Contas Públicas. "O papel do Controle Externo: TCU, TCE, TCM". **Universidade Aberta do Nordeste**. Disponível em: http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/curso_controle_social/tcm-03.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. Ed. Brasília, Coleção Gestão Pública, 2008.

BENEVIDES, Mauro. Controle Social das Contas Públicas. Educação fiscal e controle social. **Universidade Aberta do Nordeste**. Disponível em: http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/curso_controle_social/tcm-09.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

BLIACHERIENE, Ana Carla e RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Fiscalização financeira e orçamentária: controle interno, controle externo e controle social do orçamento. In. Conti, José Mauricio e Scaff, Fernando Facury. Coordenadores. Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. **Editora Revista dos Tribunais**, 2011.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

FERRER, Florência. **“Déficit de Avaliação” na Administração Pública e seus Efeitos Perversos**. Disponível em: <www.florenciaferrer.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FUNDAP – **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Gestão Orçamentária e Financeira. Programa de Desenvolvimento Gerencial. São Paulo, 2008.

HARADA, KYOSHI. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

MARE - **MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO – Programa da qualidade e participação na administração pública**, Caderno 4, Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE GESTÃO. **Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial [...]. Produto 1: Mapeamento bibliográfico e do Estado da Arte sobre indicadores de Gestão**. Brasília, 2009.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JR, José Teixeira. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro. Lumen Juris Editora, 2012.

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE. **Controle Social das Contas Públicas**. Disponível em: www.ontrolesocial.fdr.com.br. Acesso em: 21 nov. 2016.

Disciplina: Licitações e Lei de Responsabilidade Fiscal

Ementa: Estudo da Administração Pública, incluindo seu conceito, formas de organização, diferenciação e classificação dos entes públicos. Compreensão do conceito de licitação e sua fundamentação legal. Diferenciação e análise dos tipos e modalidades de licitação e suas aplicações. Análise dos princípios aplicados à licitação. Verificação das normas que disciplinam as licitações: Lei nº 8.666/93 e a Nova Lei de Licitações, Lei 14133/2021; Lei nº 10.520/02; LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo do edital de licitação: forma, elementos, critérios, especificações, instruções. Análise dos principais aspectos e elementos do contrato administrativo: cláusulas, fiscalização, rescisão, multa. Verificação das hipóteses de dispensa do processo licitatório e contratação direta. Análise de recursos cabíveis no processo licitatório e inexecução contratual, e os tipos penais da Lei nº 8.666/93. Aspectos práticos das licitações.

Competências e Habilidades:

- Compreender a Administração Pública, seu conceito, Administração Pública Direta e Indireta;
- Compreender o conceito de ente público, órgãos, entidades, sua diferenciação e classificação;
- Conhecer os diversos tipos e modalidades da licitação, sua aplicação e obrigatoriedade de utilização pelos entes públicos;
- Conhecer as leis que regulamentam e disciplinam o processo de licitação;
- Verificar as atualizações da Nova Lei das Licitações;
- Estudar os princípios que regem o processo licitatório;

- Compreender os elementos que compõe o edital de licitação e sua importância;
- Estudar controle administrativo e responsabilidade fiscal;
- Analisar o controle administrativo nas licitações.

Conteúdo Programático 1: A Administração Pública: conceito, classificação, órgãos, entidades, diferenciação e classificação dos entes públicos; orçamento público. A Administração Pública, serviços Públicos e a necessidade de licitar.

Conteúdo Programático 2: Conceito de licitação: fundamentação legal, tipos, modalidades, princípios aplicados à licitação. Nesta aula será aprofundada a licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço. Nova Lei de Licitações.

Conteúdo Programático 3: Processo licitatório. Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação. Recursos. Nova Lei de licitações.

Conteúdo Programático 4: Controle Administrativo e Responsabilidade Fiscal; órgãos de fiscalização e formas de fiscalização na licitação. Lei de acesso à Informação.

Bibliografia básica:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MONTEIRO, Vera (coord.). O novo regime jurídico das licitações e contratos. Revista do Advogado. São Paulo, nº 153, Mar.2022.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Afonso Gomes. **Lei de responsabilidade Fiscal**. Fórum, 2004.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.

Acesso em: Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>.

Acesso em: Acesso em: 04 abr. 2022.

Disciplina: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Ementa: Definição, aplicação e campo de objetivo da Contabilidade Pública; Informações fiscais, sociais, patrimoniais e orçamentárias; Características qualitativas da tomada de decisão contábil; Legislação Aplicada ao Setor Público; Administração Pública e os Princípios Orçamentários; Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA)

071, A integração entre os instrumentos orçamentários; Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais; Receita e despesa pública: reflexos orçamentários e patrimoniais; Classificação da Receita e Despesa Pública, Estágios da receita e despesa orçamentária pública; Receitas com e sem contraprestação na administração pública; DCASP: aspectos e o Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Notas Explicativas.

Objetivos: Permitir que o acadêmico seja capaz de analisar com foco de tomada de decisão as rotinas administrativas, fiscais, sociais, contábeis e tributárias da Administração Pública com capacidade para interpretar a política orçamentária e estrutural dos entes públicos, por uma análise financeira e econômica.

Competências e Habilidades:

- Conceituar as estruturas e bases da Contabilidade Pública com foco em tomada de decisão;
- Descrever a aplicabilidade das receitas e despesas orçamentárias;
- Identificar a capacidade Legislativa e dos Instrumentos Orçamentários e
- Aplicar e demonstrar as Demonstrações Financeiras e Orçamentárias.

Conteúdo Programático 1: Aplicabilidade Introdutória dos Aspectos Basilares da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Conteúdo Programático 2: Planejamento da Administração Pública.

Conteúdo Programático 3: Receitas e Despesas Públicas.

Conteúdo Programático 4: Demonstrações Contábeis no Setor Público (DCASP) – Balanço Orçamentário.

Bibliografia básica (mínimo 3):

1. KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
2. SILVA, J. A. F. **Contabilidade Pública**. 3. ed. São Paulo: Método, 2018.

3. SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Bibliografia Complementar (mínimo 3):

1. BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8. ed. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9>. Acesso em: 18 Out. 2022.
2. BRASIL, I. A do; GUIMARÃES, M. **Contabilidade Pública – apostila contabilidade pública para auditor Sefaz-DF**. Brasília: Direção Concursos, 2019.
3. REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Disciplina: Contratos e parcerias administrativas

Ementa: Avenças e contratos administrativos. Características do contrato administrativo. Modalidades de prestação indireta de serviços públicos: concessão. Modalidades de concessão de serviços públicos. Parcerias Público-Privadas. Organizações sociais e organizações sociais da sociedade civil de interesse público. Instrumentos modernos de parceria.

Conteúdo Programático 1: Aspectos Gerais das Concessões de Serviço Público

Conteúdo Programático 2: Contratos Administrativos em Espécie

Conteúdo Programático 3: Parcerias Voluntárias

Conteúdo Programático 4: Parceria Público Privada – PPP

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias da Administração Pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROCHA, Silvio Luis Ferreira da. Terceiro Setor. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Demais referências:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

SUNDFELD, Carlos Ari. Parceiras Público-Privadas. 1ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

Disciplina: Controle da administração pública

Ementa: Sindicabilidade da atividade administrativa. Mecanismos de controle: classificação. Lei 8429/92 (Improbidade Administrativa). Atuação fiscalizadora dos Tribunais de Contas. Responsabilização estatal por ações e omissões dos agentes públicos.

Conteúdo Programático 1: Sindicabilidade da Atividade Administrativa. Mecanismos de Controle: Classificação

Conteúdo Programático 2: A Lei Nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa)

Conteúdo Programático 3: Atuação Fiscalizadora dos Tribunais de Contas

Conteúdo Programático 4: Responsabilização Estatal por Ações e Omissões dos Agentes Públicos

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

ZOCKUN, Maurício. Responsabilidade Patrimonial do Estado. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Auditoria em contas públicas

Ementa: Auditoria governamental: IN-01-SFC/MF, estrutura, competência e habilidades da legislação dentro das rotinas públicas; Controles Públicos através do Tribunal de Contas, papel do Auditor Governamental; Papeis de Trabalho e controle interno; Auditoria Interna e Externa, Controle das Atividades e Conciliação das Contas Públicas e Parecer e Relatórios da Auditoria Governamental.

Objetivos: Permitir que o acadêmico seja capaz de interpretar e diferenciar Auditoria Interna e Externa, com foco nas rotinas contábeis com foco no tribunal de contas, realizar parecer e relatórios e indicar melhorias.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver e aplicar Auditoria Governamental nas Rotinas dos Entes Públicos;
- Diferenciar Auditoria Interna e Externa;
- Apresentar o papel do Auditor Governamental e
- Interpretar a capacidade Legislativa e Técnica dos Papeis de Trabalho.

Conteúdo Programático 1: Aplicabilidade da Auditoria Governamental.

Conteúdo Programático 2: Sistema de Controle Interno Público.

Conteúdo Programático 3: Auditoria Interna e Externa de Contas Públicas.

Conteúdo Programático 4: Prestação de Contas e Papéis de Trabalho.

Bibliografia básica (mínimo 3):

4. SILVA, Moacir Marques da. **Curso de Auditoria Governamental. De acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016
5. CASTRO, Robson Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. **Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
6. FRANCO, Hilário e Marra Ernesto. Auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar (mínimo 3):

4. TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Secretaria de Auditoria e Inspeções. **Manual de auditoria de desempenho.** Brasília: TCU, 1998.
5. MACHADO, Marcus Vinicius Veras e PETER, Maria da Gloria Arrais. **Manual de Auditoria Governamental.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 4ª reimpressão 2009.
6. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **Fundamentos de Auditoria: Auditoria Contábil e Outras Aplicações de Auditoria.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

